

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório dos Auditores Independentes da SCOR Brasil Resseguros S.A. relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2016. **A empresa:** A SCOR Brasil Resseguros S.A., empresa do Grupo SCOR sediada em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com

resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo possui também autorizações para operar como resseguradora admitida, através da SCOR Global Life Americas Reinsurance Company e da SCOR Reinsurance Company e resseguradora eventual através da SCOR Global P&C SE. **Desempenho operacional:** Durante o ano de 2016, os resultados técnicos e não técnicos estão em linha ao planejado. **Perspectivas:** O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um

dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle efetivo das despesas administrativas, focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global. **Agradecimentos:** A SCOR Brasil Resseguro S.A. agradece a seus acionistas,

parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoios dedicados à companhia. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro 2017

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante		294.555	202.958
Disponível	4	4.165	2.325
Equivalente de Caixa	4	22.779	12.909
Aplicações	5	79.715	50.984
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		99.596	72.968
Operações com Seguradoras		99.049	71.331
Operações com Resseguradoras		547	1.637
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas		85.392	61.167
Títulos e Créditos a Receber		1.850	1.734
Títulos e Créditos a Receber		40	63
Créditos Tributários e Previdenciários	6	1.625	1.533
Outros Créditos		185	138
Despesas Antecipadas Custos de Aquisição Diferidos		812	370
Resseguros		246	501
Ativo não Circulante		38.985	44.843
Realizável a Longo Prazo		34.984	44.408
Aplicações	5	34.984	42.006
Títulos e Créditos a Receber		—	2.402
Créditos Tributários e Previdenciários	6	—	2.402
Imobilizado		8	3.877
Bens Móveis		3.877	268
Intangível		124	167
Outros Intangíveis		124	167
Total do Ativo		333.540	247.801

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)			
PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		236.133	148.053
Contas a Pagar		5.610	2.673
Obrigações a Pagar		1.967	1.254
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.322	529
Encargos Trabalhistas		937	606
Impostos e Contribuições		1.384	284
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		58.974	40.346
Operações com Seguradoras	9	58.019	39.874
Corretoras de Seguros e Resseguros		234	468
Outros Débitos Operacionais		721	4
Depósitos de Terceiros		19	—
Provisões Técnicas - Resseguradoras		11 171.150	105.034
Outros Débitos		380	—
Passivo não Circulante		370	1.109
Provisões Técnicas - Resseguradoras		11 370	1.109
Patrimônio Líquido		15 97.037	98.639
Capital Social		100.000	100.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial		465	(824)
Prejuízos Acumulados		(3.428)	(537)
Total do Passivo		333.540	247.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de TVM	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2014	100.000	2.220	—	—	102.220
Títulos e Valores Mobiliários	—	—	(824)	—	(824)
Prejuízo do Exercício	—	—	—	(2.757)	(2.757)
Proposta para Absorção do Prejuízo do Exercício:					
Reserva Legal	—	(111)	—	111	—
Outras Reservas de Lucro	—	(2.109)	—	2.109	—
Saldo em 31/12/2015	100.000	—	(824)	(537)	98.639
Títulos e Valores Mobiliários	—	—	1.289	—	1.289
Prejuízo do Exercício	—	—	—	(2.891)	(2.891)
Saldo em 31/12/2016	100.000	—	465	(3.428)	97.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de março de 2014, e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da SUSEP, tendo assim iniciada as suas operações de contratos de resseguros a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede e escritório localizados na Rua São Bento, 18, sala 1301, Parte, Centro, CEP 20090-010, Rio de Janeiro - RJ (em aprovação) e filial localizada na Rua Luigi Galvani, nº 70, 12º andar, Cidade Monções, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, tendo como acionistas a SCOR Brasil Participações Ltda., com 99.999 ações, e a SCOR Global P&C SE com uma ação ordinária. A Companhia tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos, em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 22 de fevereiro de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, alterada pela Circular SUSEP nº 521, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". a. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. b. **Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. d. **Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a.** Ativos financeiros; **b.** Avaliação de passivos e contratos de resseguros e provisões técnicas; **c.** Teste de adequação dos passivos; e **d.** Prêmios a receber e retrocedidos (EPI). e. **Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: **a.** Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); **b.** Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. f. **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** Em maio de 2014, o IASB emitiu o novo pronunciamento de reconhecimento de receita - *IFRS 15-Revenue from contracts with customers*. O CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017, com requerimentos de comparabilidade específicos. O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as Companhias em todos os segmentos. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. **b. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com as categorias a seguir: **i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os instrumentos financeiros desta categoria são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas são reconhecidas no "Resultado financeiro". Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável (*impairment*). A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados como mantidos até o vencimento ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras e os ganhos ou perdas não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ou depreciação significativa do valor de mercado (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". **iv. Hierarquia de mensuração do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados rele-

vantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. **c. Prêmios de resseguros e custo amortizado diferido:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e as despesas de comercialização correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que são recebidas as prestações de contas com os valores reais enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. **d. Mensuração dos contratos de retrocessão:** Os prêmios de retrocessão são lançados no mesmo período dos prêmios de resseguro e são contabilizados no resultado, na rubrica "Resultado com Operações de Retrocessões". Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Companhia. e. **Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado, observando se o valor de mercado atual dos ativos financeiros é substancialmente inferior ao valor de custo amortizado, e se há evidência objetiva de deterioração do valor recuperável para os ativos classificados como disponíveis para venda ou como mantidos até o vencimento. Caso o instrumento financeiro esteja deteriorado ou "impaired", a Companhia avaliará se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros, o prejuízo cumulativo será imediatamente contabilizado no resultado do período. **ii. Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não oriundos de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **f. Contas a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido em até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. **g. Contas a pagar:** e, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, é normalmente reconhecido pelo valor das faturas correspondentes. **g. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas conforme Resolução CNSP nº 321/2015. A Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular SUSEP nº 521/2015, dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. **i. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada levando em consideração o tipo de contrato de resseguro e segue as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. **Contratos Facultativos:** • O cálculo da PPNG para os contratos facultativos é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro. O prêmio é ganho em função da data-base, da data de início de vigência do contrato e do tempo de cobertura do contrato. **Contratos Proporcionais:** **i. Risk Attaching ou Riscos Iniciados:** o cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. Para efetuar o cálculo, enquanto não estiverem disponíveis informações efetivas dos riscos assumidos, são utilizadas estimativas de prêmio total e do prêmio emitido mensal (prêmio total dividido pelo número de meses do contrato). A vigência das apólices de seguro adotada para o cálculo é informada pela cedente para cada contrato. Esta vigência padrão é utilizada como prazo de diferimento do prêmio de resseguro emitido em cada mês. • **Loss Occurring ou Base de Ocorrência de Sinistros:** o prêmio emitido dos contratos proporcionais do tipo *Loss Occurring* é definido em função da parcela do prêmio estimado total de cada contrato relativa à exposição a que está sujeito, com base nas apólices de seguros emitidas até o mês de cálculo. A PPNG é calculada de forma que os prêmios de resseguro sejam ganhos homogeneamente durante a vigência dos contratos. **Contratos Não Proporcionais:** • **Risk Attaching ou Riscos Iniciados:** o prêmio de resseguro para os contratos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro emitido. O prêmio ganho é determinado com base na duração do contrato e das apólices cobertas. O prêmio não é ganho linearmente, mas em função da evolução da exposição ao risco (método de "1/N avos"), uma vez que as apólices adicionadas ao contrato são consideradas emitidas linearmente ao longo da sua duração. • **Loss Occurring ou Base de Ocorrência de Sinistros:** o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Loss Occurring* é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. **ii. Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A Companhia não tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio RVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito acima, sendo a PPNG-RVNE. **iii. Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e períodos comparativos apresentados, não foi identificada existência de processos judiciais. **iv. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER):** A Companhia constituirá ajuste da PSL referente a sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados em casos excepcionais em que tenha informações que não estão contempladas nos valores informados pelas cedentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e períodos comparativos apresentados, não foi identificada necessidade de constituição de IBNER. **v. Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade assumida pela Companhia. As estimativas atuariais da IBNR não relacionadas à ocorrência de um evento específico, ou seja, para sinistros não relacionados com catástrofes ou grandes sinistros, são baseadas nos métodos da sinistralidade inicial esperada (SIE), do desenvolvimento de sinistros e

de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). Pelo método da sinistralidade inicial esperada, multiplica-se premissa de sinistralidade esperada pelo prêmio ganho do período, referente aos riscos vigentes, emitidos e não emitidos, para a obtenção do sinistro final esperado. O método do desenvolvimento de sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para estimar valores de sinistros finais. O método de BF utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial, para determinar a estimativa de sinistro final. São feitas estimativas de sinistros finais por ano de subscrição com base em mais de um método atuarial e os valores dos sinistros finais são selecionados com base em julgamento atuarial. Os valores efetivamente pagos e a reserva de PSL são subtraídos das estimativas de sinistros finais para se determinar a IBNR. As premissas de sinistralidade adotadas são inicialmente baseadas na precificação de cada contrato e sumarizadas por segmento de negócio e ano. Estas premissas poderão ser ajustadas com base na análise da experiência da Companhia. **vi. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia deve adotar a PDR para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas próprias relacionadas a sinistros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e períodos comparativos apresentados, não foi identificada necessidade de constituição de PDR. **vii. Outras provisões - Provisão de Excedente Técnico (PET):** É constituída para garantir pagamentos de excedentes decorrentes de superávit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas de contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos. **h. Teste de Adequação de Passivos (TAP):** O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, alterada pela Circular SUSEP nº 521. O teste é efetuado para verificar a adequação dos passivos de resseguro, líquidos dos custos de aquisição diferidos e eventuais ativos intangíveis relacionados. A administração da Companhia utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros de sinistros e despesas administrativas. Qualquer deficiência é contabilizada como uma provisão no passivo tendo contrapartida no resultado. Foram projetados os fluxos associados com os passivos atuariais brutos de retrocessão nos segmentos de riscos operados e trazidos a valor presente considerando a projeção de taxa a termo de juros livre de risco. Na avaliação dos passivos atuariais, foram contempladas as receitas e despesas esperadas com a carteira em vigor bruta de retrocessão. Os passivos atuariais foram comparados com as provisões técnicas constituídas e não foi identificada necessidade de ajuste nas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2016 e em períodos anteriores. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada e de cupom cambial (disponibilizada pela SUSEP), conforme especificação do contrato de resseguro
Grupo	Sinistralidade inicial esperada (varia conforme o segmento de negócio/ano)
Patrimonial	de 10% a 87%
Riscos Especiais	66%
Responsabilidades	de 50% a 104%
Automóvel	de 52% a 89%
Transportes	de 82% a 106%
Riscos Financeiros	de 41% a 97%
Pessoas Coletivo	de 60% a 86%
Rural	de 60% a 80%
Outros	86%
Pessoas Individual	de 79% a 84%
Marítimos	de 59% a 110%

b. Movimentação das aplicações financeiras

	Dez-2015	Rendimentos/ Atualizações	Resgates	Marcação a Mercado	Dez-2016			
Equivalentes de caixa								
Quotas de fundos de investimentos	12.909	96.926	2.690 (89.746)	—	22.779			
Títulos disponíveis para venda								
LTN	92.990	57.814	14.287 (52.735)	2.343	114.699			
	105.899	154.740	16.977 (142.481)	2.343	137.478			
c. Classificação dos ativos financeiros								
	Dez-2016			Dez-2015				
	Custo	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%	Custo	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%
Equivalentes de caixa								
Quotas de fundos de investimentos	22.779	—	22.779	16,6%	12.909	—	12,909	
Títulos disponíveis para venda								
LTN	113.854	845	114.699	83,4%	94.488	(1.498)	92.990	
	136.633	845	137.478	100%	107.397	(1.498)	105.899	
d. Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título.								
	Dez-2016							
	Sem Em até	Entre	Total					
	vencimento	1 ano	1 e 2 anos					
Equivalentes de caixa								
Quotas de Fundos de Investimentos	22.779	—	—	22.779				
Títulos disponíveis para venda								
Tesouro Prefixado - LTN	—	79.715	34.984	114.699				
	22.779	79.715	34.984	137.478				
	Dez-2015							
	Sem Em até	Entre	Total					
	vencimento	1 ano	1 e 2 anos					
Equivalentes de caixa								
Quotas de Fundos de Investimentos	12.909	—	—	12.909				
Títulos disponíveis para venda								
Tesouro Prefixado - LTN	—	50.984	42.006	92.990				
	12.909	50.984	42.006	105.899				
Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pela instituição financeira administradora desse fundo. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. e. Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos								

c. Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:

	Dez-2016		Dez-2015	
	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos
Patrimonial	5.108	(626)	7.398	(525)
Riscos Especiais	-	(1)	-	-
Responsabilidades	191	(20)	171	(11)
Automóvel	9.800	(1.409)	7.895	(963)
Transportes	-	(2)	11	(2)
Riscos				
Financeiros	5.421	(5.861)	4.603	(5.022)
Pessoas				
Coletivo	2.491	-	661	-
Rural	46.470	(49.996)	23.235	(33.294)
Outros (*)	28.503	-	15.566	-
Pessoas				
Individual	1.141	-	3.363	-
Marítimos	471	(86)	662	(29)
Total	99.596	58.001	63.565	(39.846)

(*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, do ramo "Pessoas Coletivo".

d. Prêmios a receber por prazo de vencimento:

	Dez-2016		Dez-2015	
	Dez-2016	Dez-2015	Dez-2016	Dez-2015
Vencido	272	281	-	-
A vencer:				
de 0 a 90 dias	98.301	50.297	-	-
de 91 a 120 dias	1.023	-	-	-
Acima de 121 dias	-	12.987	-	-
Total	99.596	63.565	99.596	63.565

9. Débitos das operações com seguros e resseguros: a. Composição dos ativos e passivos de retrocessão: Provisão para prêmio não ganho (68.323) (-) Comissões diferidas de retrocessão cedida (18.121) Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) 23.892 Sinistros pendentes de pagamento retrocessão 11.270 Corretagem cedida 28

	Dez-2016	Dez-2015
Provisão para prêmio não ganho	68.323	43.522
(-) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(18.121)	(11.616)
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	23.892	9.751
Sinistros pendentes de pagamento retrocessão	11.270	19.476
Corretagem cedida	28	34
Total	85.392	61.167

b. Composição de outros débitos operacionais: O saldo total de R\$ 721 refere-se a saldos de contas técnicas transitórias de valores pendentes de processamento. **10. Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR Global Life Americas Company, Essor Seguros S.A. além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dez-2016		Dez-2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Administradores (I)	-	501 (3.604)	-	866 (3.571)
SCOR Reinsurance Company	43.196	77.453 (26.978)	62.957	39.924 (20.074)
Operações de retrocessão (iii)	43.196	77.440 (26.830)	62.950	39.874 (20.848)
Cost sharing agreement (ii)	-	13 (148)	7	50 (774)
SCOR Global Life Americas Company	27	38 (112)	12	55 (612)
Operações de retrocessão (iii)	27	38 (112)	12	55 (612)
Cost sharing agreement (ii)	-	-	-	-
SCOR Brasil Participações Ltda.	1	-	1	-
Operações de retrocessão (iii)	1	-	1	-
Cost sharing agreement (ii)	-	-	-	-
SCOR SE (Paris)	-	195 (32)	-	162 (162)
Operações de retrocessão (iii)	-	195 (32)	-	162 (162)
Essor Seguros S.A.	57.051	152.384 (36.092)	32.038	72.509 (20.123)
Operações de retrocessão (iii)	57.051	152.384 (36.092)	32.038	72.509 (20.123)
Total	100.275	230.571 (66.817)	95.008	113.516 (4.367)

(i) Remuneração a pagar. (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes. (iii) Refere-se a transações de retrocessão. (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz. (v) Refere-se a transações de resseguro: b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **11. Provisões técnicas:** Provisões técnicas - resseguro aceito

	Dez-2015		Dez-2016	
	Const. Reversão	Reversão	Const. Reversão	Reversão
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	50.467	112.247 (93.951)	68.763	-
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	23.158	115.429 (65.629)	72.958	-
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	22.764	65.911 (67.147)	21.528	-
Provisão de excedentes técnicos (PET)	9.754	13.018 (14.501)	8.271	-
Total	106.143	292.181 (226.804)	171.520	-
Total circulante	105.034	-	171.150	-
Total não circulante	1.109	-	370	-
Total	106.143	-	171.520	-

Ativos de retrocessão cedida

	Dez-2015		Dez-2016	
	Const. Reversão	Reversão	Const. Reversão	Reversão
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	31.906	82.108 (63.812)	50.202	-
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	19.476	11.270 (19.476)	11.270	-
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	9.751	33.643 (19.502)	23.892	-
Corretagem	34	28 (34)	28	-
Total	61.167	127.049 (102.824)	85.392	-

Opinões e Acionistas da SCOR Brasil Resseguros S.A. São Paulo - SP

Administradores: Examinamos as demonstrações financeiras da SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCOR Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido ou de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a

12. Desenvolvimento de sinistros ocorridos: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

	Valores brutos de retrocessão		
	2014	2015	2016
Mês/ano de ocorrência			
Incidido mais IBNR			
Até a data-base:	155	112.914	138.709
Um ano mais tarde:	155	136.818	-
Dois anos mais tarde:	155	-	-
Posição em 31/12/2016	155	136.818	138.709
Pagamento acumulado			
Até a data-base:	-	67.147	44.378
Um ano mais tarde:	-	136.818	-
Dois anos mais tarde:	-	-	-
Posição em 31/12/2016	-	136.818	44.378
Provisão de sinistros em 31/12/2016	155	-	94.331
Insuficiência bruta em 31/12/2016	-	(23.904)	-

Mês/ano de ocorrência

	Valores líquidos de retrocessão		
	2014	2015	2016
Incidido mais IBNR			
Até a data-base:	111	83.732	59.214
Um ano mais tarde:	111	130.952	-
Dois anos mais tarde:	111	-	-
Posição em 31/12/2016	111	130.952	59.214
Pagamento acumulado			
Até a data-base:	-	67.147	-
Um ano mais tarde:	-	130.952	-
Dois anos mais tarde:	-	-	-
Posição em 31/12/2016	-	130.952	-
Provisão líquida de sinistros em 31/12/2016	111	-	59.214
Insuficiência Líquida em 31/12/2016	-	(47.220)	-

13. Cobertura das provisões técnicas

	Dez-2016	Dez-2015
Provisões técnicas		
(+) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	68.763	50.467
(+) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	72.958	23.158
(+) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	21.528	22.764
(+) Provisão de excedentes técnicos (PET)	8.271	9.754
Total das provisões técnicas	171.520	106.143
(-) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE) retrocedido	(5.866)	(127)
(-) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) retrocedido	(23.892)	(9.751)
(-) Provisão de sinistros a liquidar (PSL) retrocedido	(11.226)	(19.476)
(-) Direitos creditórios	(34.303)	(32.319)
Total das provisões técnicas a ser coberto	96.233	44.470
Ativo garantidor		
LTN	114.699	92.990
Total ativos garantidores	114.699	92.990
Suficiência	18.466	48.520

Cobertura excedente antes do limite de 20% do Capital de Risco (CR)

	Dez-2016	Dez-2015
Liquidez em relação ao limite mínimo de 20% do CR (nota explicativa 16)	6.216	5.151
Cobertura de Liquidez	12.250	43.369

14. Imposto de renda e contribuição social:

	Dez-2016	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes dos impostos e após participações sobre o resultado	(1.093)	(1.093)
(-) Exclusões temporárias	398	398
Prejuízo fiscal	(695)	(695)
Baixa de crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(1.098)	(879)
Tributos sobre exclusões temporárias	99	80
Resultado imposto de renda e contribuição social	(999)	(799)
Taxa efetiva	91%	73%

Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado

	Dez-2016	Dez-2015
(+) Adições temporárias	648	648
Prejuízo fiscal	(4.392)	(4.392)
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	1.098	879
Tributos sobre adições temporárias	162	144
Resultado imposto de renda e contribuição social	1.260	1.023
Taxa efetiva	25%	20%

15. Patrimônio Líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 100.000 e está dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. b. Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. No exercício de 2015, a reserva legal constituída em 2014 foi absorvida pelo prejuízo do exercício, conforme aprovado pela Administração na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2016. c. Outras reservas de lucros: A reserva de retenção de lucros é constituída atendendo ao projeto de investimento na Companhia estabelecido pelo Grupo SCOR. No exercício de 2015, a reserva de retenção de lucros constituída em 2015 foi absorvida pelo prejuízo do exercício, conforme aprovado pela Administração na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2016.

16. Capital Mínimo, de Risco e Liquidez em Relação ao Capital: O CNSP, em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais e ao cálculo do capital de risco, substancialmente na Resolução CNSP nº 321/2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, que consolidou todas as parcelas de capital de risco. A Resolução dispõe sobre o cálculo de capital de risco baseado no risco de subscrição, capital de risco baseado no risco de crédito, capital de risco baseado em risco operacional e capital de risco baseado no risco de mercado, que foi complementada pela Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular SUSEP nº 521/2015. Foi também ratificada na referida regulamentação, referente ao cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado. Conforme Art. 50º, § 4º dessa Resolução, o montante efetivamente exigido do capital de risco baseado no risco de mercado até 30 de dezembro de 2016 é zero, sendo esse valor majorado em 50% do total calculado entre 31 de dezembro de 2016 e 30 de dezembro de 2017, e atingindo a totalidade (100%) a partir de 31 de dezembro de 2017. Segue abaixo o cálculo de capital mínimo requerido:

	Dez-2016	Dez-2015
Patrimônio Líquido	97.037	98.639
(-) Despesas antecipadas	(813)	(2)
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	-	(1.977)
(-) Ativos intangíveis	(124)	(167)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	96.100	96.493
Capital-base - CB (b)	60.000	60.000
Capital de risco de subscrição	27.281	22.692
Capital de risco de crédito	2.775	3.273
Capital de risco operacional	1.513	1.262
Capital de risco de mercado	2.638	-
Benefício da diversificação	(3.126)	(1.472)
Capital de Risco (c)	31.081	25.755
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior entre (b), (c)	60.000	60.000
Suficiência do PLA em relação do CMR	36.100	36.493
Suficiência do PLA em relação do CMR - %	60%	61%

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

17. Estrutura de gerenciamento de riscos: a. Gestão de risco de resseguro: A Companhia oferece no mercado segurador brasileiro coberturas de resseguros para as carteiras de todos os ramos. Os canais de distribuição compreendem a intermediação de corretores de resseguros, bem como de forma direta com as seguradoras. Os contratos de resseguros proporcionais (cota-parce e excedente de responsabilidades) compreendem a aceitação de uma porção proporcional dos riscos relacionados às apólices emitidas pelas cedentes. Os contratos de resseguros não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento, ou por "stop loss") compreendem a aceitação da porção do risco acima de uma prioridade previamente acordada.

Concentração de Riscos

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 486/2014, revogado pela Circular nº 517/2015, alterada pela Circular nº 521/2015, os resseguradores locais estão enquadrados na região 2.

Grupo de Ramos	Região	Dez-2016		Dez-2015	
		Dez-2016	Dez-2015	Dez-2016	Dez-2015
01 Patrimonial	2	7.438	11.493	-	-
02 Riscos Especiais	2	31	4	-	-
03 Responsabilidades	2	805	401	-	-
05 Automóvel	2	38.821	22.243	-	-
06 Transportes	2	79	39	-	-
07 Riscos Financeiros	2	15.795	11.788	-	-
09 Pessoas Coletivo	2	4.305	1.116	-	-
11 Rural	2	103.499	50.102	-	-
12 Outros (*)	2	74.056	77.817	-	-
13 Pessoas Individual	2	114	4.355	-	-
14 Marítimos	2	1.052	1.290	-	-

Total de prêmios emitidos de resseguro aceito 245.995 180.648

Resultados da análise de sensibilidade: Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Em atendimento ao Artigo 156, inciso XI da Circular SUSEP nº 517/2015, a análise de sensibilidade foi realizada com base nos cálculos e premissas do teste de adequação de passivos, e aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros e sinistralidade, para todos os grupos da Companhia. O impacto no resultado e patrimônio líquido decorrente dos testes de sensibilidade estão apresentados abaixo:

Relatório dos Auditores Atuariais Independentes

Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e

os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência dos dados que serviram de

base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Todavia, essas divergências já são de ciência da Resseguradora, a qual já está tomando providências para sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.



EY Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Membros da Diretoria

Francisco Alves Correa de Toledo Neto
Leonardo Sakaki

Rafael Zimmer
Sérgio Luis Maluf Horta

Contador Responsável

Altamiro Ferreira Cardoso Junior
CRC nº 1SP-273899/O-5